

Congresso vinculará ^{Nacional} salário a frequência

Qualquer que seja o valor estabelecido como salário dos parlamentares, o Congresso poderá começar a moralizar a frequência das sessões.

Os novos salários serão divididos numa parte fixa e em outra variável, estabelecida conforme a presença do parlamentar nas sessões.

Como forma de pressionar deputados e senadores a comparecerem sempre, os parlamentares somente serão dispensados da sessão sem perder o *jeton* se estiverem em missão oficial. Nem mesmo atestados médicos serão aceitos para dispensa.

Mas as mudanças nos vencimentos dos parlamentares não vão alterar em nada o pagamento das vantagens recebidas atualmente.

Eles continuarão a ter direito a uma cota de passagens aéreas, de uso do Correio e de impressos na gráfica do Senado, além de apartamentos funcionais e escola para os filhos.

Conflito — Depois das dificuldades para a nomeação de Pêrsio Arida para a presidência do Banco Central, o Senado e a equipe econômica do governo vivem um novo conflito, extensivo à Câmara dos Deputados.

O atraso no pagamento do salário dos parlamentares, que só estará disponível a partir do dia 19, não foi recebido pacificamente.

Apesar de ter sido informado do problema pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), o presi-

dente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), telefonou para o ministro do Planejamento, José Serra (PSDB-SP), cobrando explicações.

Lucena argumentou que os deputados e senadores estão sendo obrigados a recorrerem ao cheque especial para custear suas despesas.

Disse também estar preocupado com o risco de os funcionários públicos não receberem seus vencimentos em dia na próxima semana.

Resistência —

Serra não se curvou às pressões: repetiu a explicação técnica segundo a qual não pode haver liberação de dinheiro antes do dia 19. Neste dia, estará oficialmente sancionado pelo presidente Fernando Henrique o projeto de lei orçamentária de 1995.

De acordo com a legislação, o Executivo pode sancionar um projeto de lei no prazo de até 15 dias úteis, contados a

partir de sua aprovação no Congresso.

O presidente decidiu usar todo o prazo, para dar tempo ao Ministério do Planejamento para arbitrar os cortes desejados pelo governo.

Por meio de vetos, despesas no valor aproximado de R\$ 3 bilhões serão retiradas do Orçamento da União.

Desde quarta-feira passada, quando foram ao banco e não encontraram os salários, deputados e senadores reclamam sem parar do novo governo.

*“É certo que
haverá uma
grande
preocupação
com a
frequência
nesse novo
Congresso”*

Adelmar Sabino
Diretor-geral da Câmara

14 JAN 1995

CORREIO BRAZILIENSE